Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal da Estância Turística de Joanópolis

Indicação nº 120/2006

Joani Aparecido da Silva Torres, Vereador em exercício junto a esta r. Edilidade, usando de suas atribuições legais, **indica** que seja encaminhado a este Poder Legislativo, um Projeto de Lei, dispondo sobre a concessão para exploração de serviço público de transporte coletivo de passageiros.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de regularizar o referido meio de transporte, uma vez que é notória a existência de uma linha experimental no Município de Joanópolis.

Segue anexa a minuta do referido projeto, no qual devem ser verificadas as alterações necessárias.

Demais considerações serão desenvolvidas em plenário.

Joanópolis, 10 de julho de 2006.

Joani Aparecido da Silva Torres
Vereador do PSDB

Projeto de Lei nº .../2006

“Dispõe sobre concessão para exploração de serviço público de transporte coletivo de passageiros por meio de ônibus, e dá outras providências.”

JOSÉ GARCIA DA COSTA, Prefeito Municipal da Estância Turística de Joanópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a **Câmara Municipal APROVOU** e ele **SANCIONA** e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por meio de ônibus, na Estância Turística do Município de Joanópolis, para linhas localizadas nas zonas urbana e rural do seu território, fica sujeita às disposições da presente Lei.

Art. 2º O serviço público de transporte coletivo de passageiros, mencionado nesta Lei, será executado pelo regime de concessão, precedida de concorrência pública, sob tutela e fiscalização da autoridade municipal competente.

Art. 3º O prazo da concessão será de quatro anos, renovável por igual período, incorrendo denúncia do contrato, por via judicial, até seis meses antes do término de sua vigência estipulada neste instrumento.

Art. 4º Os serviços concedidos, na forma da presente Lei, ficarão sujeitos à regulamentação e fiscalização do Poder Concedente, inclusive, no que diz respeito à fixação de tarifas, mudanças de itinerários, pontos iniciais, finais e intermediários das linhas, cabendo à Concessionária permanente atualização e adequação dos serviços às condições de higiene, segurança e conforto dos usuários, observadas as normas específicas estabelecidas para o serviço.

Art. 5º A Prefeitura poderá retomar, no todo ou em parte, os serviços concedidos, desde que executados em desconformidade com o contrato, bem como, aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários, sem indenização, sempre, dentro das formalidades legais e prévia notificação.

Art. 6º A fixação e a alteração das tarifas do serviço concedido competirá, privativamente, à Prefeitura, mediante Requerimento, por escrito, da

Concessionária, devidamente instruído com demonstração do custo operacional do serviço, de acordo com as normas que serão constantes da regulamentação da concessão.

Parágrafo Único – A concessionária se obrigará a promover, amplamente a divulgação das novas tarifas, sob as penas da Lei. A Prefeitura poderá estabelecer tarifa reduzida, nunca acima de 50% (cinquenta por cento) do custo normal do transporte, em favor de estudantes e professores de ensino de 1º e 2º graus, desde que efetivamente comprovada pelos beneficiados essa condição, assim como poderá instruir, por ato público, o “passe gratuito” a ser distribuído aos idosos com mais de sessenta e cinco anos.

Art. 7º Todas as linhas de ônibus exploradas pela Concessionária, sem exceção, deverão ter ponto inicial e final demarcados pela Prefeitura, com itinerários passando pelo centro da cidade, sempre que possível, até atingir todos os bairros e vilas e vice-versa.

Art. 8º A concessionária deverá zelar pela rigorosa conservação, higiene, segurança e conforto dos ônibus, vedando o uso de fumo no interior dos coletivos, bem assim, por tudo quanto seja do benefício e interesse dos passageiros.

Art. 9º O procedimento seletivo será instaurado com prévia publicação de edital de concorrência, devendo constar, obrigatoriamente, do mesmo, dentre outros critérios e condições para a outorga da concessão, os seguintes elementos essenciais:

I - documentação que instruirá a habilitação de cada interessado;

II - características do regime operacional do transporte a ser concedido, destacando-se:

- a) itinerário das linhas;
- b) programação horária;
- c) seccionamentos tarifários;
- d) frota mínima necessária.

III – prazo de apresentação das propostas, com indicação de dia, hora e local para tanto.

Art. 10. O processo seletivo observará exigências e formalidades legais aplicáveis à administração direta, e, uma vez instaurado corretamente, deverá estar concluído dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da reunião para entrega pelos interessados, dos envelopes contendo a documentação necessária à habilitação (envelope 1) e a proposta técnica financeira (envelope 2).

Art. 11. Face ao enunciado inciso I, do artigo 9º, para habilitar-se, deverá o interessado produzir:

I – prova de que se acha legalmente construída como firma ou empresa, quer se trate de pessoa física ou jurídica;

II – prova de idoneidade financeira, com indicação do patrimônio constituído destinado a garantir a execução do serviço objeto da concessão, devendo, em qualquer caso, o concorrente mencionar os elementos dos quais possa dispor, para constituir, até 30 (trinta) dias depois de encerrada a concorrência e, em caso de ser dada preferência à sua proposta, pelo menos 60% (sessenta por cento) do mesmo patrimônio, livre de ônus, encargos ou reservas de domínio;

III – prova de antecedentes criminais, mediante certidão passada pela autoridade judiciária competente, dos responsáveis pela empresa;

IV – enumeração descritiva dos veículos destinados aos serviços que forem objeto da concorrência pública;

Art. 12. Desfrutará de preferência, em igualdade de condições, no julgamento da concorrência, o interessado sindicalizado, com tradição no serviço de transporte coletivo de passageiros, bem como, a atual operadora do serviço da cidade, se interessada, desde que o seu desempenho tenha sido julgado satisfatório pela Prefeitura, em declaração formal nesse sentido e que pela mesma possa ser fornecida.

Art. 13. No critério de seleção deverão ser considerados:

I - localização de garagem;

II - instalação de garagem;

III - número e distribuição dos funcionários da empresa;

IV - número de veículos;

V - procedimentos sobre manutenção;

VI - disponibilidade e condições da frota da empresa;

VII - evolução da frota da empresa;

VIII - experiência da empresa;

IX - desempenho anterior da empresa;

X - capacidade econômica-financeira da empresa.

Art. 14. No contrato que vier a ser celebrado com a empresa a que for adjudicado o objeto da concorrência, deverão constar, obrigatoriamente, especificações técnicas que garantam padrões mínimos do serviço por parte da contratada.

Art. 15. Constituirá dever da contratada, além dos constantes no edital e no contrato:

I – não suspender a execução do serviço, no total ou em parte, salvo motivo de força maior comprovada;

II – manter frota adequada de veículos, vinculados ao serviço, obrigando-se a substituí-los sempre que obsoletos ou irrecuperáveis;

III – cumprir todas as disposições da presente Lei, bem como, satisfazer exigências legais a que estiver sujeita na prestação do serviço contratado;

IV – submeter-se à fiscalização dos órgãos competentes da Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis, quanto à execução do contrato;

V – manter pessoal habilitado e idôneo;

VI – exigir de seu pessoal perfeita disciplina e máxima urbanidade no trato com o público;

VII – submeter os ônibus à vistoria, sempre que convocada para tanto;

VIII – sujeitar-se ao regime de sanções que vier a ser estabelecido para disciplina do serviço concedido, conforme será explicitado no contrato;

IX – atender a implantação de novos serviços de transporte, sempre que se comprovar interesse público, sob pena de a Prefeitura promover nova licitação para as linhas a serem implantadas, sem nenhum direito à concessionária;

Art. 16. A transferência ou cessão da concessão somente poderá ocorrer em caso de assentimento prévio e expresse da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Joanópolis.

Art. 17. Pela inobservância das disposições que regem os serviços de transporte coletivo de passageiros na Estância de Joanópolis e, especialmente, aquelas que foram contidas no Contrato de Concessão, a concessionária estará sujeita às penalidades seguintes:

I – advertência escrita;

II – multa;

III – cassação da concessão.

Parágrafo Único – As multas por infrações às normas que disciplinam o Contrato de Concessão serão fixadas com base no maior valor de referência em vigor (MVR), devendo a Prefeitura, por ato vinculado ao referido contrato, estabelecer o elenco de penalidades previstas nesta Lei.

Art. 18. Será assegurado à Concessionária, em efeito suspensivo, dentro dos critérios que virão a ser estabelecidos, prazo de recurso em relação às notificações de penalidades que ela receber, com declaração da autoridade competente para o seu julgamento.

Art. 19. O Contrato de Concessão de que trata esta Lei deverá obedecer a minuta aprovada pela Prefeitura e somente será celebrado depois de prévia e expressa anuência desta, uma vez concluído o processo de concorrência, quando então será adjudicado o seu objeto à concorrente declarada vencedora.

Art. 20. Para a renovação da concessão, a seu término, a concessionária gozará de preferência, desde que seja dado rigoroso cumprimento às cláusulas contratuais.

Art. 21. As despesas decorrentes da execução da seguinte lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo Municipal, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.